



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO
ADM. 2017/2020

APROVAÇÃO DE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO PARECER JURÍDICO

RELATÓRIO

Em atendimento ao Parágrafo Único do Artigo 38 da Lei 8.666/93 e alterações e nos termos da Lei nº 8.666/93 e seus decretos, posteriores, consulta-me a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Bernardo Sayão - TO, se a minuta do instrumento convocatório relativo ao Processo de Licitação nº 003/2020, na modalidade carta convite que pretende instaurar para a: **Contratação de empresa para prestação de serviços de restauração de pavimentação asfáltica em vias públicas no município de Bernardo Sayão.** Conforme relação em anexo *deste Edital*.

O Assessor Jurídico do Município de Bernardo Sayão acompanhou a Minuta a ser examinada do respectivo Processo Licitatório nº 016/2020.

Lido e examinado os autos passo a opinar.

FUNDAMENTOS

O objeto da Licitação e o valor orçado na requisição enquadram o certame na Lei 8.666/93 e seus decretos posteriores, isto é, definem como Modalidade para a Licitação Carta convite. Está, portanto, correta a modalidade escolhida.

Quanto ao texto, sob o aspecto jurídico, atende às finalidades a que se propõe, cumprindo às exigências do art 23, caput e incisos, da Lei das Licitações, estando correto o tipo **menor preço global**, considerando o objeto da Licitação.

A documentação solicitada aos participantes está plenamente autorizada pela legislação regedora da matéria. No caso em estudo, por se tratar de carta convite, foi simplificada a documentação conforme previsto no § 1º do art 32 do Estatuto das licitações sendo no entanto necessária a apresentação das Certidões do INSS e FGTS, obrigatórias por Leis específicas.

Como instrumento contratual está definido o menor preço global para a prestação de serviço perfeitamente autorizada pelo art 62, "caput" da lei já



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BERNARDO SAYÃO
ADM. 2017/2020

citada. Dessa maneira o texto do edital e seus anexos atendem às prescrições da Lei 8.666/93 e seus Decretos posteriores.

CONCLUSÃO

Como estão satisfeitos todos os aspectos legais, o instrumento convocatório do processo Licitatório nº 016/2020, mereceu a minha aprovação, razão pela qual coloco a chancela deste serviço em todas as páginas do documento examinado.

Lembramos que, conforme previsto no inciso IV do artigo 21 da Lei 8.666/93, o prazo mínimo de 5 (cinco) dias entre a divulgação do instrumento convocatório e o recebimento das propostas deverá ser respeitado, considerando-se a modalidade e o tipo de Licitação adotada.

Para finalizar alertamos que o certame deverá merecer a divulgação prevista para a modalidade.

Este é o meu parecer.

Departamento Jurídico da PREFEITURA MUNICIPAL DE
BERNARDO SAYÃO, ESTADO DO TOCANTINS, aos 29 de Maio de 2020.

Leonardo Sousa Almeida
Assessor Jurídico
OAB/TO nº 7605